O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história

VIRGÍNIA FONTES
Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, 384p.

TATIANA BERRINGER[*]

Em *O Brasil e o capital-imperialismo*, Virgínia Fontes busca compreender a atual fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A autora defende que o aumento da concentração de capitais e a internacionalização das empresas brasileiras levaram o país a integrar, ainda que em posição subalterna, o grupo dos países imperialistas.

Vou apresentar o conteúdo da publicação ao leitor e fazer, ao final, um breve comentário crítico.

O livro de 384 páginas pretende apresentar o conceito de "capital-imperialismo" e o papel do Estado brasileiro no cenário internacional contemporâneo. Para isso, divide-se em três partes. Na primeira, a autora busca fazer um resgate teórico das contribuições de Marx, Lênin e Gramsci sobre a dinâmica do capital e do imperialismo. Na segunda, desenvolve uma análise sobre a atual fase do capitalismo, a qual ela denomina capital-imperialismo. E na última, faz uma análise das relações de classe do Brasil nas últimas décadas, do quarto ao sétimo capítulo.

"Capital-imperialismo" refere-se à atual fase de desenvolvimento do capitalismo que se inicia após a Segunda Guerra Mundial e se aprofunda nesta virada de século. Nessa fase há o predomínio do "capital fictício", cuja base de acumulação, procura enfatizar a autora, ainda depende da exploração da força de trabalho. As

* Doutoranda em Ciência Política na Unicamp.

principais características desse período são a expansão do capital e a internacionalização da produção com a consolidação das grandes corporações multinacionais. As agências financeiras internacionais seriam o instrumento que garantiriam a hegemonia e atuação desses grandes monopólios. Para Fontes, o "capital-imperialismo" corresponde à "totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão e que, tendo ultrapassado determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora das fronteiras nacionais" (p.152). O termo capital-imperialismo seria um novo conceito para demarcar as mudanças do imperialismo formulado por Lênin. Também pretende ser um contraponto à ideia de globalização, neoliberalismo e mundialização do capital.

Segundo Fontes, o processo de concentração monopólica no Brasil iniciou-se com a ditadura militar em 1964 e tem se aprofundado nas últimas décadas. Com esse processo, houve um crescimento da exportação de produtos industrializados e exportação de capitais para outros países. Desde 1980, a sociedade brasileira experimenta o predomínio do capital monetário, alcançando a forma capital--imperialismo. A transnacionalização de capitais brasileiros baseada na exploração de força de trabalho e de recursos naturais em outros países, especialmente na América do Sul, seria a ilustração da inserção brasileira no capital-imperialismo.

A autora destaca que o papel do Estado tem sido fundamental para a internacionalização da economia brasileira por meio do apoio e do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de uma política externa ativa. Ao mesmo tempo, a economia brasileira teria vivido um processo de desnacionalização devido à abertura comercial e às privatizações dos serviços públicos na década de 1990, convertendo-se numa plataforma de valorização do capital externo e aprofundando a associação do capital brasileiro ao capital estrangeiro. Segundo Virgínia, o "capital-imperialismo" seria acompanhado de um cerceamento da democracia: o conjunto da classe trabalhadora teria sido conduzido ao "apassivamento" por meio do uso da violência e do convencimento ideológico.

Fontes chama a atenção para o papel dos fundos de pensão, que passaram a representar 17% do Produto Interno Bruto (PIB), tornando-se acionistas das maiores empresas brasileiras. Com isso, parte dos salários dos trabalhadores transformou-se em instrumento de acumulação e valorização capital.

A exportação de capitais brasileiros para os países periféricos vem acompanhada de três elementos contraditórios: 1) apropriação de recursos naturais em outros países; 2) exploração da força de trabalho em outros países; 3) atendimento a determinadas pressões sociais internas da sociedade brasileira. Esses elementos são o foco da preocupação da autora, para quem não se deve ignorar as implicações decorrentes das exportações de capitais brasileiros para o exterior, pois teriam produzido um deslocamento do eixo da luta de classes – que deve passar a incluir esse papel imperialista do Brasil.

Virgínia procura se diferenciar de Ruy Mauro Marini, explicitando algumas divergências com o conceito de subimperialismo. Para ela, "utilizar tal conceito

envolve admitir as duas premissas centrais que o configuram [...]: a escassez de mercado interno e a superexploração como traço estrutural periférico" (p.359). Segundo a autora, o rebaixamento do valor da força de trabalho está ligado ao desenvolvimento desigual de expropriação do trabalhador do campo que também se manifesta nas formações sociais dos países centrais e escassez de mercado interno não seria mais uma questão real na sociedade brasileira. Além disso, para a autora, o conceito de Marini não abarcaria as modificações estruturais decorrentes da nova ordem mundial pós-Guerra Fria, da ascensão da economia chinesa e do novo papel do Estado brasileiro para ao favorecimento da expansão capital-imperialista.

Virgínia Fontes traz, então, três críticas que podem ser feitas à sua própria análise: 1) a dependência impossibilitaria que o Brasil reproduzisse o imperialismo nos moldes dos países centrais; 2) não temos capacidade militar para sustentarmos eventuais conflitos interimperialistas; 3) as nossas empresas são pequenas frente ao conjunto das empresas multinacionais com origem nos países centrais. Sobre elas, Virgínia responde que

> A histórica dependência da burguesia brasileira não a faz menos burguesia, isto é, necessitada de valorizar o valor. No entanto, consolidou práticas especialmente truculentas no trato com o trabalho e com o conjunto dos setores sociais – e países – subalternos. (p.364)

Penso que essas ponderações podem ser vistas como objeções à análise da própria autora; e mais que isso acrescentaria que os investimentos externos diretos do Brasil no exterior não ultrapassam 3% dos fluxos mundiais (segundo os dados da Bacen, da Cepal e da Unctad apresentados pela autora na p.329); as exportações brasileiras ainda se concentram em torno de *commidities* e de produtos de baixa densidade tecnológica e baixa intensidade de trabalho; a alta das importações vindas da China, principalmente, tem gerado preocupações quanto à desindustrialização da economia do país. Por isso, penso que seria mais correto afirmar que o Estado e a economia brasileira são um Estado e uma economia dependentes frente ao imperialismo, o que não os impede de aproveitarem-se do maior desenvolvimento capitalista brasileiro para conquistar espaço nas economias menores e mais frágeis.

Virgínia parece também não levar em conta o momento político e econômico das formações sociais nas quais essas empresas estão sediadas. Os processos em curso na América Latina (Bolívia, Venezuela e outros) contam com o apoio do capital brasileiro para colocar em prática políticas de desenvolvimento nacional, que, no atual contexto, visam reverter o quadro sócio-político resultante das políticas neoliberais da década de 1990. Isso não elimina a possibilidade de que se criem dependências na dependência. No entanto, do ponto de vista político,

não se pode negar que o Estado brasileiro, ainda que de forma contraditória, tem sido um aliado desses governos contra o domínio estadunidense na região, vide a atuação contra a instalação das bases militares na Colômbia, a posição sobre o golpe de Estado em Honduras, entre outras.

Por fim, falta ainda um longo percurso para que o Brasil abandone a subalternidade e a dependência. E vale dizer que essa reversão exigirá transformações de fundo na economia, na sociedade e no Estado brasileiro.

BERRINGER, Tatiana. Resenha de: FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, 384p.*Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.33, 2011, p.157-160.

Palavras-chave: **I**mperialismo; História; Brasil.